

PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: REORIENTANDO A DINÂMICA CONCENTRADORA E DE PRECARIIZAÇÃO DO TRABALHO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO MOGI-GUAÇU

Francisco Alves

DEP/UFSCar

dfca@power.ufscar.br

Daniel Bertoli Gonçalves

PPGE-EP/UFSCar

danielbertoli@bol.com.br

Isabel Cristina Rodrigues

PPG-EP/UFSCar

icrodrigues@zipmail.com.br

Cláudia Andressa Cruz

DEP/UFSCar

candressa@zipmail.com.br

Resumo:

O objetivo deste trabalho é mostrar que nos principais complexos agroindustriais brasileiros, dentre os quais, destacamos o canavieiro e o citrícola, a dinâmica dos seus processos de reestruturação recente, pós década de 90, tem como elemento chave, de um lado, a precarização do trabalho, com a chamada “flexibilização” dos direitos trabalhistas e, de outro, a exclusão dos pequenos e médios produtores rurais destes complexos. Desta forma, postula-se aqui que a exclusão, precarização e concentração de poder são elementos centrais da dinâmica e não apenas seus efeitos colaterais.

Nestes complexos, ocorre, paralelamente, a concentração de poder (econômico, tecnológico e político) no elo dos produtores industriais e grandes produtores agrícolas e a redução do poder de organização e luta dos pequenos e médios produtores e dos trabalhadores assalariados rurais. Neste sentido, este trabalho destaca que a variável chave da dinâmica dos complexos agroindustriais encontra-se na esfera política, na esfera do poder de luta e organização dos diferentes atores sociais. Portanto, a alternativa a esta dinâmica concentradora e excludente está na elaboração de políticas públicas locais e regionais direcionadas para o desenvolvimento sustentável, que contemple a um só tempo a viabilidade econômica, a melhoria das condições de vida e trabalho dos trabalhadores e a preservação do meio ambiente, na medida em que a simples lógica do mercado é incapaz de atentar a estas três perspectivas.

Este trabalho abordará as características regionais destes complexos com ênfase em suas dinâmicas locais e regionais, ao mesmo tempo será apresentado o processo de exclusão social e precarização do trabalho a que estão submetidos os trabalhadores e pequenos produtores rurais. Finalmente, serão apresentadas propostas de políticas públicas de corte regional para Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu direcionadas ao desenvolvimento sustentável.

I . Introdução

O objetivo deste trabalho é mostrar que nos complexos agroindustriais mais importantes

do Estado de São Paulo: o canavieiro e o citrícola, está em curso um processo de concentração e exclusão. Este processo e as características que assumem nos levam a acreditar que a concentração e exclusão não são apenas conseqüências nefastas, mas fazem parte da lógica de reestruturação de tais complexos que tem como elementos centrais de sua dinâmica o aumento da precarização do trabalho, através do eufemismo da “flexibilização” dos direitos trabalhistas, e exclusão destes complexos dos pequenos e médios produtores rurais.

Partimos do princípio, que embora a modernização e a direção com que se dá o chamado progresso técnico de tais complexos, sejam dadas pelo chamado paradigma da produção enxuta, que tem como objetivo a redução de custos de produção e o aumento da competitividade dos produtos neles produzidos, a velocidade e o ritmo de adoção destas inovações dependem do grau de organização e luta dos atores sociais envolvidos. Ou seja, o paradigma de produção enxuta, ao ser adotado, defronta-se com atores sociais, estes realizam lutas e organizam-se em torno de seus interesses e é o ritmo com que se dá esta organização e a forma que estas lutas adquirem frente ao paradigma, é que determinam a velocidade e o ritmo de adoção do receituário imposto pelo paradigma. Ao propormos o desenvolvimento sustentável como novo paradigma para o desenvolvimento regional, levamos em conta que a esfera política, no sentido do grau de organização e luta dos atores sociais e coletivos existentes na Região, neste paradigma ocupa um papel central. O desenvolvimento sustentável é alcançado se houver simultaneamente viabilidade econômica para as atividades regionais existentes, se estas promoverem a melhoria das condições de vida e trabalho para a população residente e se estas promoverem a melhoria das condições ambientais. A melhoria das condições de vida e trabalho assim como a melhoria das condições ambientais são metas defendidas e alcançadas apenas se a sociedade colocar-se em movimento, isto é, tanto a melhoria das condições de vida e trabalho e a melhoria e preservação do meio ambiente são conquistas sociais, elas só entram como metas contempladas no desenvolvimento regional a partir de um processo de luta da sociedade. Portanto, o trabalho chama atenção para que a variável chave para o desenvolvimento sustentável regional encontre-se na esfera política.

No desenvolvimento do trabalho mostramos, em primeiro lugar, as características básicas dos complexos, destacando o processo de reestruturação imposta pelo paradigma de produção enxuta. Analisamos como a adoção deste paradigma se deu no complexo agroindustrial canavieiro e no complexo agroindustrial citrícola. Na segunda parte do trabalho, mostramos as lutas recentes

empreendidas pelos trabalhadores rurais, pequenos produtores e entidades da sociedade civil regional pela melhoria de suas condições de vida e trabalho. Finalmente, como conclusões, apresentamos algumas propostas de políticas públicas que apontam para o desenvolvimento sustentável para a Região da Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu.

II. Complexo Agroindustrial Canavieiro

O complexo canavieiro é um dos complexos agroindustriais mais importantes do Estado de São Paulo e do Brasil. Esta importância pode ser creditada a um conjunto de fatores, dentre os quais destaca-se a sua localização no território nacional, a geração de emprego e renda gerada por ele etc. O complexo canavieiro tem uma grande participação na pauta de exportações brasileiras pois apresenta produtos bastante competitivos no mercado internacional. A competitividade do açúcar brasileiro no mercado externo pode ser atribuída a um conjunto de fatores, que tornam seu custo de produção um dos mais baixos do mundo e estes estão, fortemente associados a menor remuneração dos produtores, aos baixos salários pagos aos trabalhadores e a não internalização nos custos de produção dos custos dos dejetos ambientais gerados pela atividade. A competitividade do complexo canavieiro tem aumentado, nos últimos anos, devido ao crescimento da produtividade agrícola e industrial, que ainda encontra-se aquém da observada em países como Austrália, África do Sul e Estados Unidos, que embora apresentem produtividade mais elevada, apresentam custos de produção mais elevados. O Brasil e dentro deste o Estado de São Paulo e a Região delimitada pela Bacia contribuem fortemente para que o açúcar exportado pelo país tenha o preço mais competitivo do mundo, sendo também o maior produtor mundial de cana-de-açúcar e de açúcar e o maior exportador de açúcar, sendo o segundo maior consumidor mundial deste produto (Sucresp, set 96 a ag de 97).

O desempenho do complexo pode ser bastante determinado pelo Estado, que sempre dotou o setor com um aporte de recursos infraestruturais, que foram do crédito à pesquisa e desenvolvimento, passando pela governança. Na década de 1970 o complexo canavieiro recebeu um pacote de medidas específicas, chamado de Proálcool, que será definitivo para o seu desempenho. O Proálcool propiciará o crescimento de um setor empresarial moderno no Estado de São Paulo e na Região, que será o indutor do progresso técnico para todo o complexo agroindustrial canavieiro brasileiro, induzindo novas formas de produção de cana, de açúcar e

álcool e novas formas de gestão do trabalho.

Na década de 90, após 64 anos de tutela governamental, teve início desregulamentação do complexo canavieiro, envolvendo o desmonte do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) e o fim do suporte governamental às Usinas e Destilarias. Ocorre também, nesta década, a redução do interesse das montadoras de automóveis pela produção de modelos a álcool, destinados à demanda brasileira, decorrente do novo regime automotivo e do novo encadeamento da indústria automobilística mundial, levando à crise do Próalcohol.

A saída do Estado e a abertura econômica do Brasil provocaram mudanças significativas no interior do complexo. Internamente, as empresas passaram a competir mais acirradamente entre si do que ocorria antes, quando o Estado administrava preços (cana, açúcar e álcool). Se antes a concorrência entre as usinas se dava pelo fornecimento de cana, ou por terra, ou até por favores especiais junto ao governo, hoje a concorrência internaliza-se entre usinas, que passam a concorrer por mercado, em capacidade de produção a custos mais baixos e em capacidade de produção de produtos diferenciados, para atingir nichos específicos de mercado, ou para produzir produtos, ou bases completas de produção, para outras indústrias do segmento da cadeia alimentar e de bebidas. Este segmento; alimentos e bebidas, sofre uma grande mudança provocada pela abertura comercial, que provoca a instalação no Brasil de filiais de grandes empresas ou grupos transnacionais (ASSUMPCÃO 2001).

A transição por que passa a atividade canavieira, em decorrência da desregulamentação e abertura comercial, levada à efeito na década de 1990, ocorreu num período em que o complexo, ou uma parte importante dele, encontrava-se fragilizado por quatro motivos principais:

- Tendência à queda dos preços mundiais das commodities e fundamentalmente as de base agrícola e agroindustrial;
- Crise provocada pelo fim do proálcool e da indefinição da matriz energética nacional;
- Crise que se abateu sobre toda a economia e em especial a agricultura e agroindústria provocada pelas elevadas taxas de juros e pela política cambial;
- Indefinição ou inexistência de política industrial.

O fato de a concorrência ter se transferido para o interior do complexo provocou a busca por eficiência das usinas para adequarem-se neste novo quadro de atuação desregulamentada, no qual elas gradativamente deixam de ser a unidade chave do complexo e esta passa a ser transferida

para as filiais das transnacionais aqui instaladas. Assim, a redução de custos é o elemento chave de toda a cadeia de produção.

Neste novo paradigma destacam-se:

- Adoção de inovações nos sistemas logísticos para transferência da cana-de-açúcar do campo;
- Intensificação da mecanização tanto do plantio da cana, quanto do corte da cana crua, sem queimar;
- Intensificação automação no controle de processos de produção industrial;
- Busca de uniformidade do produto, principalmente na produção do açúcar;
- Aumento da produtividade agrícola medida agora em quantidade de glicose;
- Aumento da produtividade industrial da capacidade instalada;
- Contínua diferenciação de produtos (açúcar líquido, açúcar invertido, açúcar natural, produtos certificados, ácido cítrico; leveduras, rações, energia elétrica etc.) ;
- Mudanças empreendidas nas formas de gestão, voltadas a processos ao invés de serem pautadas em estruturas funcionais, com integração das áreas agrícola, industrial e comercial;
- Alteração nas relações à montante e à jusante, implicando em perdas aos atores sociais com menor poder de barganha.

Estas transformações deixam claro que a estratégia adotada no complexo aponta para uma mudança na lógica de acumulação que deixa de ser extensiva, na qual o aumento da produção dependia do aumento da área plantada, do emprego e da produtividade (cana/ha), para uma lógica de acumulação intensiva com aumento de produtividade (glicose/ha), redução da área plantada, redução do emprego, exclusão de fornecedores, e aumento da produção de produtos diferenciados (açúcar líquido, açúcar invertido, açúcar orgânico, ácido cítrico, energia etc.).

A exclusão de fornecedores e a redução de trabalhadores empregados, tanto na parte agrícola, quanto industrial, estão sendo potencializadas pela rápida mecanização do plantio e do corte de cana crua e da automação industrial, que têm reduzido a quantidade de trabalhadores empregados, ao mesmo tempo em que exclui áreas de produção de maior declividade, irregularidade, parcelada e de menor produtividade.

Na parte agrícola as mudanças mais nítidas se dão na direção da implantação do corte mecânico de cana crua (sem queimar). No aspecto fundiário essa inovação, o corte mecanizado, exige para sua escala operacional de glebas de no mínimo 500 hectares dispostas em longos talhões para aumento da produtividade operacional, e cada máquina substitui um grupo que varia de 80 a 200 trabalhadores. De imediato três consequências podem ser destacadas:

- O aumento da concentração das propriedades ligadas a esta cadeia;
- A inviabilização de grande parte dos fornecedores do produto cuja área média varia entre 52 e 125 hectares e
- Perda de milhares de postos de trabalho.

II. Complexo Agroindustrial Citrícola

A década de 1980 pode ser descrita como a de crescimento e consolidação do complexo Agroindustrial Citrícola e a de 1990 como a que assenta o Complexo numa nova dinâmica organizacional excludente e concentradora. Enquanto na década de 80 o conjunto dos atores sociais participantes do complexo teve ganhos, na de 1990 os ganhos ficaram restritos a apenas parte dos atores. Na década de 1980, há o crescimento da área plantada, da produção de laranja e de suco concentrado, assim como o crescimento da rentabilidade, tanto dos produtores de suco concentrado, quanto dos produtores de laranja. Inclusive os trabalhadores rurais tiveram expressivos ganhos naquela década. Ganhos estes que não se ativeram apenas aos salários, mas, fundamentalmente, na conquista de melhores condições de trabalho, através do contrato direto, sem intermediação dos gatos, entre os trabalhadores e as indústrias produtoras de suco concentrado e a conquista dos direitos trabalhistas, que embora existissem em lei, não eram cumpridos.

No decorrer da década de 80, importantes acontecimentos são identificados no complexo:

- 1982 - o Brasil passa ser o maior produtor e exportador de suco de laranja concentrado do mundo, ultrapassando seu principal concorrente, os EUA. Esta situação foi facilitada pela frequência de geadas na Flórida, que reduziu significativamente a capacidade de abastecimento dos Estados Unidos ao seu próprio mercado, e pelo aumento do consumo do suco de laranja na Europa e posteriormente na Ásia, resultante da expansão do "modo de vida americano" para o globo. O aumento da demanda de suco concentrado, devido

aos fatores citados acima, provocou elevação considerável nos preços da matéria-prima, laranja, beneficiando os produtores agrícolas e conseqüentemente proporcionando uma ampliação na produção de citros, que passou a atrair novos e modernos fazendeiros. Esta expansão da lavoura de citros ampliou as possibilidades na utilização de modernas técnicas de cultivo, fazendo com que o segmento agrícola do complexo seja um dos mais dinâmicos. Mas. Por outro lado, esta rápida expansão da produção de citros no Estado de São Paulo provocou o aparecimento de novas doenças, o que provocou um aumento da quimificação da cultura, pela elevação da utilização de agrotóxicos, que trouxe sensíveis problemas ao meio ambiente e provocou também a redução da rentabilidade da cultura, ou uma nova reconcentração da produção, na medida em que somente os médios e grandes produtores tinham condições de bancar o crescimento dos custos de produção das laranja, devido ao aumento da quimificação, que têm preços atrelados ao dólar.

- 1984 – estoura a greve de Guariba, iniciadas pelos trabalhadores assalariados rurais da cana, que conquistam uma série de direitos trabalhistas, tais como: contrato direto com carteira assinada, sem intermediação dos gatos; pagamento pelos dias parados por motivos alheios ao trabalhador. Fim de semana remunerado e demais direitos trabalhistas existentes, mas não praticados. A greve de Guariba expande-se da cana para a laranja e os trabalhadores conquistam o contrato direto de trabalho com as indústrias, sem intermediação dos gatos, e o conjunto de direitos trabalhistas. Isto porque a colheita da laranja, atividade que emprega maior quantidade de trabalhadores, era feita pelas indústrias processadoras de suco concentrado e não pelos proprietários dos pomares. Isto porque, na realidade, o produtor vendia o pomar fechado às indústrias esta alocava trabalhadores e equipamentos para proceder à colheita no ritmo desejado pela sua atividade industrial, portanto, os trabalhadores eram alocados e subordinados na colheita pelas indústrias produtoras de suco de laranja concentrado.
- 1985 - os produtores de laranja iniciam uma consistente mobilização, que chega a paralisar a entrega de frutos nas indústrias, reivindicando que o preço da caixa de laranja fosse corrigido pela elevação do preço do suco concentrado no mercado externo, cotado em dólares. Reivindicavam que, de um lado, a caixa de laranja tivesse seu preço fixado em dólares. De outro que este preço fosse reajustado quando o preço do suco concentrado fosse reajustado na Bolsa de Nova York.

- 1985 - implantação do contrato-padrão ou de participação, que atrelava o preço da caixa de laranja às cotações do suco no mercado internacional.
- 1985 - os gatos passam a ser assalariados das indústrias, assim como os trabalhadores.

O contrato de participação, ou padrão significou a regulamentação da relação agricultura/indústria. A partir daí, as negociações para o estabelecimento de preços passam a ser realizadas entre as associações dos produtores de laranja e pela associação das indústrias. Para os citricultores foi vantajoso, na medida em que o preço pago pela caixa de laranja passava a atrelar-se às cotações do suco de laranja concentrado no mercado internacional, que estavam em alta. Ainda fazia parte das regras do contrato, que a colheita e o transporte fossem efetuados pelas indústrias, o que significa vantagem para os trabalhadores e para os produtores de suco. Para os trabalhadores, o contrato padrão entre produtores e indústria sedimenta a conquista do contrato direto sem intermediação dos gatos, porque assegura o registro em carteira pelas indústrias. Do ponto de vista da indústria, o contrato padrão assegurava o controle da fruta na fase pós-colheita, o que lhe garantia uma melhor qualidade do fruto e o controle do fluxo logístico de abastecimento da matéria-prima, favorecendo a integração da cadeia de suprimento para a agroindústria (Vieira,1998).

Na década de 90, ocorrem profundas transformações econômicas, políticas e sociais (Alves; Almeida, 2000). Reverte-se a vantajosa situação da década anterior, desencadeando uma nova etapa para o setor, com baixa rentabilidade para os agentes, em especial os produtores agrícolas e os trabalhadores.

A nova conjuntura do complexo na década de 90 apresenta as seguintes características:

- i) - Redução do grau de organização e luta dos trabalhadores assalariados rurais. Após uma vigorosa década de avanço e conquistas, a de 1980, as entidades de representação dos trabalhadores na década de 1990 apresentam um menor poder de luta;
- ii) - Fracionamento e redução do grau de organização e luta dos produtores de laranja, fundamentalmente dos pequenos e médios produtores;
- iii) - a elevação da concentração do poder econômico e político no segmento industrial produtor de suco concentrado. Enquanto o segmento agrícola do complexo é pulverizado. A estrutura de mercado do segmento agroindustrial citrícola de suco concentrado se caracteriza como um oligopólio concentrado de produto homogêneo e com presença de fortes barreira à entrada.

Atualmente, existem 13 empresas processadoras, sendo que as quatro principais - 5 Cs – (Cutrale, Citrosuco, Coimbra-Frutesp, Cargill e Citrovita) detêm cerca de 70% da produção de suco concentrado congelado de laranja;

iv) - a queda dos preços internacionais e a solidificação dos blocos comerciais continentais - EU (União Européia) e o NAFTA (Acordo Geral de Livre Comércio da América do Norte) - que estabeleceu barreiras comerciais (tarifárias e não tarifárias) para os produtos citrícolas brasileiros (laranja e, principalmente, suco concentrado);

v) - recuperação dos pomares da Flórida. O mercado americano absorvia, na década de 1980, 50% das exportações brasileiras de suco concentrado, na década de 90, em consequência da recuperação dos pomares passa a absorver apenas 15% das exportações;

vi) - significativa evolução da oferta nacional de citros, passando de 305 milhões de caixas no final da década de 80, para 405 milhões no final da década de 90.

Neste cenário, alguns aspectos podem ser destacados, são eles: a) falta de recursos de poder e exclusão de produtores de laranja no “cinturão”; b) redução acentuada dos poderes de representação e aglutinação das associações de interesses dos citricultores após o final do contrato-padrão; c) avanço da verticalização para trás das empresas processadoras de suco, elevando o poder de negociação industrial; d) atuação das empresas industriais brasileiras no mercado americano através de compra de unidades industriais.

É necessário esclarecer, também, que o complexo agroindustrial citrícola não atravessa uma crise de realização, mas o segmento dos produtores de citros encontra-se com dificuldades inequívocas de reprodução, em decorrência da concentração. Também os trabalhadores tiveram na década de 1990 uma redução drástica de suas condições de vida e trabalho.

Em síntese, o complexo agroindustrial citrícola está empreendendo um processo de modernização, cuja tônica é a do aumento da concentração de poder no segmento produtor de suco concentrado e de redução do poder de participação dos produtores de citros e trabalhadores rurais. Não há no horizonte, mantido o livre jogo do mercado, sem o empreendimento de políticas públicas, possibilidades de reversão desta tendência, no sentido de maior equilíbrio de forças, ou no sentido de melhor distribuição dos ganhos entre o conjunto de segmentos que o compõem.

III. Síntese

Pelo exposto, fica claro, que os complexos agroindustriais apresentados possuem

características comuns, em que pese um conjunto de diferenças. As semelhanças entre as dinâmicas recentes destes complexos podem ser expressas a partir do que se segue:

Os complexos agroindustriais da cana e da laranja são importantes para a economia brasileira pelas seguintes características: participação na pauta de exportações; grandes geradores de emprego e renda;

Os complexos analisados estão empreendendo processos de mudança, que têm como resultado a exclusão de pequenos e médios produtores agrícolas, o aumento da concentração, tanto na própria produção agrícola, quanto na produção industrial;

- Elevação do desemprego provocado pela modernização de atividades antes grandes absorvedoras de força-de-trabalho (cana e café)8;
- Precarização do trabalho acarretada por perda de direitos trabalhistas e condições de trabalho conquistados na década de 80;
- Adoção do paradigma de produção enxuta tendo em vista o aumento da competitividade do negócio;
- Aumento da carga poluidora decorrentes, na laranja do aumento da quimificação, provocada pela proliferação de novas doenças, na cana ainda que pese a redução da utilização de adubo químico pela fertiirrigação com vinhaça, a grande área plantada, a manutenção da queima da palha antes do corte e a elevada utilização de água pela atividade contribuem fortemente para a redução da qualidade ambiental na Região.

IV. Um Pouco das Lutas Sociais

É importante ter claro que na década de 80 os trabalhadores assalariados rurais conseguiram, através de suas lutas, importantes conquistas salariais e trabalhistas. Estas lutas têm como marco a famosa greve de Guariba de 1984, iniciada pelos cortadores de cana contra o corte em 7 ruas. Nesta greve os trabalhadores conquistaram um conjunto importante de direitos, que embora já existissem em lei, não eram praticados para os trabalhadores assalariados rurais, dentre estes se destacam: corte de cana em 5 ruas; descanso semanal remunerada; contratação direta, sem intermediação dos gatos, através do contrato de safra; previdência paga pelos contratantes; Fundo de garantia e férias proporcionais ao período trabalhado; pagamento dos dias não trabalhados devido a causas alheias aos trabalhadores; fornecimento gratuito de equipamentos

para o trabalho e equipamentos de proteção individual; horas in itinere; piso salarial e negociações diretas com os contratantes.

A greve de guariba, embora tenha se iniciado com os cortadores de cana de Guariba, expandiu-se para outras regiões do país e outras culturas e permitiu que os ganhos dos trabalhadores da cana de Guariba tornassem-se referência para as conquistas dos demais trabalhadores assalariados rurais. O acordo de Guariba é estendido para os trabalhadores assalariados rurais da laranja.

Em paralelo à organização e à luta dos trabalhadores assalariados, na década de 80, ocorre também, em determinadas culturas, o aumento do grau de organização e luta dos produtores rurais. O crescimento do grau de organização e luta, em paralelo, destas duas categorias: trabalhadores assalariados rurais e produtores rurais, foi mais evidente na laranja, mas mesmo em outras culturas, como na cana os produtores organizaram-se e empreenderam lutas.

Os produtores de laranja, na década de 80 organizam-se e criam novas entidades de representação (ACIESP e ASSOCITRUS) reconhecendo suas especificidades que os destacavam dentro da representação tradicional no interior dos Sindicatos de Produtores Rurais e das Federações da Agricultura. Estes produtores empreendem, na década de 80, um conjunto de lutas, inclusive com greve*, contra as empresas produtoras de suco concentrado, reivindicando: melhores pagamentos pela laranja; atrelamento do preço da laranja ao preço da tonelada de suco no exterior; que as atividades de colheita e transporte da laranja fossem efetuadas pelas indústrias e contratos de fornecimento de laranja de mais longo prazo.

Durante a década de 80 os produtores de laranja, conseguem manter suas conquistas. Porém, na década de 90 estas conquistas começam a retroceder. Na década de 1990 os produtores de citros passam de duas entidades de representação para três (ASSOCITRUS, ACIESP e ABRACITRUS). Enquanto o segmento industrial consolidará uma única entidade de representação a ABECITROS. Além dos produtores terem três entidades de representação, empreendendo um movimento oposto aos das agroindústrias, as três entidades de representação dos citricultores apresentam baixo poder de representação (Vieira, 1998 e Paulillo, 2000). O conflito e as divergências na forma de atuação destas entidades será responsabilizado pelo fim do Contrato Padrão na laranja. Além disto, as indústrias empreendem, já no final da décadas de 80, um vigoroso processo de verticalização para traz, passando a produzir uma parte substancial da laranja necessária à produção de suco concentrado.

No caso dos pequenos fornecedores de cana a questão central será, na década de 90, a extinção do instituto de açúcar e do Alcool (IAA), realizada no início do Governo Collor. Embora o IAA fosse um órgão do complexo canavieiro como um todo, fazia parte de suas atribuições a busca de condições de equilíbrio, na relação entre produtores, fornecedores de cana, e usinas. O fim do IAA significará o estabelecimento da relação fornecedores/usinas num novo patamar de confronto direto, sem a intermediação do Estado e num brutal de desequilíbrio de forças, no qual as usinas, em menor número e mais poderosas, defrontam-se com fornecedores de cana menores e com menor poder de barganha, porque produzem um produto, cana, que só tem serventia para as usinas.

É importante notar que os complexos agroindustriais ao adotarem o paradigma de produção enxuta, para adequarem-se a necessidade de aumento da competitividade, repassaram para os produtores as necessidades de redução de custos e estes repassaram aos trabalhadores as mudanças impostas pelas agroindústrias, num processo de perde e ganha perverso, no qual os elos mais fortes transmitem para os mais débeis o ônus da redução de custos.

É neste contexto, da necessidade de redução de custos que irá ocorrer a flexibilização conservadora dos direitos trabalhistas, que pôs por terra os direitos dos trabalhadores conquistados na década de 1980, como a contratação direta, sem a intermediação dos gatos, e a redução direta de salários. Por conta disto, tanto a deterioração do poder de mercado dos produtores, quanto das condições de trabalho, só se tornaram possíveis com o arrefecimento do grau de organização e luta dos produtores de citros e dos trabalhadores rurais.

A redução da precarização do trabalho só ocorre quando os próprios trabalhadores se põem em movimento e passam a reivindicar melhoria de suas condições de vida e trabalho. No Brasil, o latifúndio e as inúmeras formas de dominação utilizadas, combinadas com a forte repressão resultado de inúmeros anos de ditadura puderam reduzir em muito a capacidade dos trabalhadores em organizarem-se para barrar a precarização.

No caso dos trabalhadores assalariados rurais a precarização do trabalho será bastante acirrada através do surgimento das chamadas cooperativas de trabalho ou “gatoperativas”. As “gatoperativas” são uma criação das indústrias de suco concentrado para lhes proporcionar o controle do fluxo logístico da laranja sem precisar mais realizar a colheita, porque estas atividades passam a ser feitas pelas “gatoperativas”, que têm a frente os mesmos gatos que eram, no período anterior empregados das indústrias.(ALVES 1996, 1997, 2001).

Estas mesmas cooperativas de trabalho, “gatoperativas”, embora criadas sob inspiração das indústrias de suco de laranja, passaram também a operar na colheita do café, principalmente em São Paulo, no sul de Minas, no norte do Paraná. A adesão a elas pelos produtores de laranja e café deriva do fato de terem sido uma alternativa legal de contratação de trabalhadores que, de um lado, eximia os produtores rurais dos passivos trabalhistas decorrentes da contratação intermediada pelos gatos, sujeitas a ações trabalhistas na justiça do trabalho e, de outro, permitirem um menor dispêndio, relativamente ao contrato de safra.

Do lado dos trabalhadores, a introdução das cooperativas de mão-de-obra significou a perda de direitos trabalhistas conquistados na década de 80: contrato direto de trabalho, sem a intermediação dos gatos, carteira assinada, INSS pago pelo empregador, 13o. salário proporcional, fim de semana remunerado, férias proporcionais etc. Todas estas perdas sociais e trabalhistas precarizaram mais o trabalho rural e significaram, em última instância, a chegada ao campo da flexibilização dos direitos trabalhistas.

A alternativa à contratação de trabalhadores sem ser através das falsas cooperativas de mão-de-obra tem sido a constituição de condomínios de produtores, que, em conjunto, contratam os trabalhadores necessários a todos, e cada produtor paga ao condomínio pela utilização que fizer dos trabalhadores. Os trabalhadores, através do condomínio têm novamente acesso aos direitos trabalhistas perdidos com as cooperativas de mão-de-obra. Para os trabalhadores, além dos direitos trabalhistas eles têm a possibilidade de permanecer maior tempo empregado, tempo superior à safra, porque em muitas propriedades existem outras tarefas para serem executadas durante a entre-safra: concertos de cerca, aceiros, reformas de pomar, podas e demais tratamentos culturais, que atuando fora do condomínio, talvez não pudessem efetuar. Para os produtores, os condomínios permitem, além de livrarem-se da sempre possível ação na justiça do trabalho, podem utilizar o condomínio como um pool de venda do produto e portanto aumentar o seu poder de barganha frente às agroindústrias.

No final da década de 80 um novo ator social entra em cena na Região, que são as associações de proteção ambiental e a Promotoria do meio ambiente. A entrada em cena deste novo ator social, o movimento ambientalista e a ação da Promotoria do meio ambiente, representará um novo front de litígio para os complexos agroindustriais regionais. Este novo ator conta, principalmente na década de 90, com um grande poder de mobilização por empunhar bandeiras de forte apelo popular devido ao respaldo que as bandeiras ambientalistas detêm no

momento atual, principalmente para as classes médias.

Na cana a questão central será na década de 90 contra a queima da palha da cana antes do corte. Vale lembrar, que na década de 70 as entidades ambientalistas junto com a SETESB conseguiram impedir que a vinhaça produzida pela destilação do álcool fosse diretamente jogada nos rios. Esta ação contra o derramamento de vinhaça obrigou as usinas e destilarias a investirem em outra utilização da vinhaça, a alternativa foi a fertirrigação. A queima da palha significa, além de uma enorme contradição para um setor que se diz produtor de energia limpa e renovável, um enorme problema ambiental para toda a região canavieira, pois provoca deterioração da qualidade do ar e é apontado como causador de pneumopatias devido as partículas lançadas na baixa atmosfera.

A ação das entidades ambientalistas com as Promotorias do meio ambiente provocou, de um lado, a mobilização das usinas por uma outra tecnologia de corte da cana, que foi a mecanização da colheita de cana crua, de outro lado, esta ação provocou a necessidade de uma legislação específica sobre a queima da palha, que redundou na datação do fim da queima: em 30 anos a cana deixará de ser queimada no Estado de São Paulo. Esta legislação acabou sendo, do ponto de vista ambiental, um enorme retrocesso, porém demonstrou que o complexo canavieiro ainda detém um enorme poder político.

Uma outra luta empreendida pelas entidades de defesa do meio ambiente é a da necessidade de melhoria da qualidade da água, tanto a potável, quanto a dos rios da região. A questão da água não é específica da cana ela atinge toda agricultura moderna com elevada quimificação, dado o seu elevado potencial poluidor dos mananciais. A quimificação devido a ação das chuvas e a proximidade das culturas dos fluxos de água, rios e córregos, permite que estes dejetos cheguem a água dos principais rios da Bacia provocando uma série de desastres visíveis e tangíveis, como a mortandade de peixes, como outros ainda não mensuráveis e de ação no mais longo prazo. Além disto, como a região é submetida à seca no período do inverno, tem crescido a prática da irrigação.

Na laranja a irrigação vem crescendo aceleradamente devido a necessidade de aumento da produtividade dos pomares e devido também às novas variedades de porta-enxerto introduzidas na cultura para barrar a propagação da morte súbita, que é uma nova doença que provoca o rápido apodrecimento das raízes e morte dos pés em produção. Estes novos porta-enxertos substituem o limão cravo, que além de resistente a determinadas doenças era resistente também à seca. Portanto, a adoção destes novos porta-enxertos impõe a necessidade de irrigação o que

compromete a quantidade e qualidade de água. A luta que se trava é pela melhoria da qualidade e quantidade de água, neste momento em que a água anuncia-se como a commodity do milênio. Para isto é necessário a recomposição das matas ciliares, que protegem os mananciais e isto esbarra nos interesses agroindustriais, que em vários casos plantam cana e laranja e outras culturas em áreas bem próximas aos Rios e riachos, não respeitando a legislação ambiental, que exige a existência de matas ciliares, como de áreas de preservação permanente, de no mínimo 30 metros em torno dos cursos de água.

V. Conclusões

O desafio posto hoje a bacia hidrográfica do Mogi-Guaçu, para barrar os processos de exclusão e concentração e deterioração ambiental empreendidos através dos complexos agroindustriais do café, citrícola e canavieiro é a adoção de políticas públicas democráticas, desenhadas de baixo para cima, isto é a partir das necessidades dos atores sociais e coletivos, estas políticas devem apontar para o fim da exclusão social e para a melhoria do meio ambiente. Como vimos, na década de 90, o ônus da necessidade de aumento da competitividade está recaindo sobre os elos mais débeis destes complexos. Ou seja, os produtores para reduzir seus custos de produção repassam aos trabalhadores a necessidade de redução de custos, através da chamada flexibilização dos direitos trabalhistas. Os trabalhadores, como não têm a quem repassar, empreendem, na medida de suas capacidades de luta pressões contra a redução de sus direitos. Diante deste embate, as propostas apresentadas não podem repassar aos produtores, trabalhadores e sociedade os ônus dos ajustes rumo à competitividade, como sempre foi a tônica dos ajustes realizados na economia brasileira e nos complexos agroindustriais.

A solução para este embate, tem que se dar, ao nosso ver, em outro patamar, na esfera política, na necessidade de proporcionar o aumento do grau de organização e luta dos trabalhadores rurais, dos pequenos e médios produtores rurais e das entidades de proteção ambiental, que representam um conjunto mais amplo de atores sociais e são menos suscetíveis, por definição, a interesses corporativos e partidários. Só através da adoção de políticas públicas será possível barrar o processo de concentração e exclusão acirrado com o paradigma da produção enxuta e com o mito do livre mercado.

Com base nisto, apresentamos abaixo um conjunto de propostas de políticas públicas para cada um dos complexos analisados, que apontam para o fim da exclusão e concentração e para a

melhoria do meio ambiente. Vale ressaltar que estas propostas são de cunho local e regional e deverão passar pela análise e críticas dos principais atores sociais regionais, articulados em torno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu. Estas entidades participantes do Comitê, envolvendo órgãos do Estado, as Prefeituras, as associações setoriais, as entidades de representação dos trabalhadores e as entidades de defesa e proteção ambiental, serão chamadas a discutir estas propostas, para que estas e outras, que devem surgir na discussão, sejam a base para que a Região trilhe o caminho para o desenvolvimento sustentável.

V.I Propostas de Políticas Públicas para o Complexo Citrícola Regional

Pelo exposto ao longo deste texto, fica claro que, para os trabalhadores e produtores de laranja, são necessárias alternativas que barrem o processo de exclusão social a que estão submetidos no complexo agroindustrial citrícola. Estas alternativas, na nossa forma de ver, apenas serão possíveis se produtores, trabalhadores, indústrias e demais atores sociais envolvidos puserem-se a discutir, em fóruns amplos, objetivando a legitimidade de decisões, com intuito de formulação de políticas públicas setoriais e regionais. Neste sentido, é fundamental o Incentivo ao associativismo e revitalização da Câmara Setorial de Citros, bem com a instituições de câmaras regionais, aproveitando-se das estruturas proporcionadas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, neste sentido os Comitês das Bacias do Mogi-Guaçu e do Pardo/Grande, poderiam ser as pioneiras nesta direção.

Na perspectiva dos produtores e dos trabalhadores apenas os condomínios de produtores garantem a contratação de trabalhadores de forma a assegurar as suas reivindicações específicas: contrato de trabalho através de carteira assinada, garantindo –se os direitos trabalhistas conquistados na década de 80; a especificidade das condições de produção dos pequenos produtores, que necessitam de trabalhadores durante curtos períodos de tempo; a necessidade de aumento do grau de organização de trabalhadores e produtores, pois os condomínios só viabilizam-se através da união dos produtores e ao mesmo tempo mantém intacta a representação dos trabalhadores, através dos sindicatos de trabalhadores rurais e os condomínios parecem reduzir o risco de ações trabalhistas, que oneram o patrimônio dos produtores. Para que os condomínios exerçam o papel esperado por produtores e trabalhadores, é necessário que constituam-se de forma autônoma e independente das indústrias, para poderem reduzir a

concentração de poder no segmento industrial.

Caso os condomínios venham a atuar de forma autônoma e independente, como representantes autênticos dos produtores, terá condições inclusive de incentivar a produção de laranja com maior valor agregado e de maior qualidade. Estas possibilidades colocam-se através da perspectiva de produção de laranja orgânica, certificada, e através da produção de laranja de melhor qualidade para o mercado interno.

Na perspectiva de venda para o mercado interno, passa a ter importância para os produtores de laranja o mercado institucional, formado pela compra pelos municípios de laranja e suco de laranja para a merenda escolar, para a alimentação de gestantes, hospitais e penitenciárias.

1. Políticas de médio e longo prazos:

incentivos fiscais e creditícios para a formação de pool de produtores e de condomínios para operarem packing-house e pequenas agroindústrias;

Incentivo ao associativismo e criação de câmaras regionais citrícolas, com base nos comitês de Bacia Hidrográfica e câmara setorial do Estado;

Ampliação do mercado Institucional;

2. Políticas de Reorganização dos Trabalhadores:

a) realocação dos trabalhadores demitidos de outras atividades do grupo empresarial, sem ônus da multa por demissão;

criação de cursos de reciclagem e qualificação dos trabalhadores safristas;

ações para por fim às falsas cooperativas de mão-de-obra;

Implantação de programas de bolsa-escola para filhos de trabalhadores safristas;

Incentivo à criação de condomínios de produtores;

V.II. Propostas de Políticas Públicas para o Complexo Canavieiro Regional

Álcool

1. Incentivo à mistura de álcool à gasolina até o nível de 26% com programas gratuitos de regulação de motores financiados pelo complexo canavieiro e pela indústria automobilística.

2. Frota verde para o setor público, táxis e frotas de concessionárias de serviços públicos. Incentivo à constituição de frotas movidas a álcool para empresas agropecuárias e fornecedoras de insumos agrícolas bem como para os caminhões e tratores que servem as áreas canavieiras.
3. Isenção de impostos e programas de vale-combustível (custeados pelas usinas) para veículos licenciados em regiões canavieiras ou do interior distante.

Açúcar

1. Estabelecimento de uma pauta mínima reduzindo as sobretaxas incidentes sobre o produto brasileiro exportado para a Argentina.
2. Incentivos fiscais e legais para o consumo de açúcar nas regiões produtoras.

Considera-se que a partir desta política seria possível a redução da tendência a criação de estoques de álcool, devido à redução da demanda.

Visando uma política mais efetiva de apoio a estes produtores e trabalhadores com problemas e vislumbrando as diferenças regionais existentes mesmo no Estado de S. Paulo, as propostas deverão contemplar os seguintes pontos:

1. Frentes de trabalho

Utilizando-se os coeficientes médios do cultivo de cana-de-açúcar em bases modernas, podemos calcular que o deslocamento de 150 mil hectares tradicionalmente plantados com esta cultura deverá resultar na liberação de 12.000 EHA (equivalentes-homem-ano) ou 5% da força de trabalho empregada nesta cultura no estado de S. Paulo. Para garantirmos o emprego desta massa de trabalhadores estamos propondo, entre outras medidas, a extensão do programa de frentes de trabalho para áreas canavieiras.

Essa mão-de-obra liberada da cana poderá ser empregada em atividades de apoio ao poder público como serviços (conservação de prédios públicos, estradas, obras contra erosão etc.) nos moldes do programa já em atividade para as áreas urbanas. Mas, além destas ocupações, esses trabalhadores poderão trabalhar em hortas comunitárias em terrenos públicos tendo a sua demanda dirigida para o consumo institucional das Prefeituras e do Estado (creches, escolas, penitenciárias, hospitais etc.)

2. Não se planta cana na periferia das cidade

Muitas das áreas de cana desativadas poderiam se dar na periferia das cidades. Nesses espaços, o corte de cana queimada tem sofrido uma enorme pressão de leis municipais e estaduais. Estima-se que nas regiões canavieiras o número de doenças respiratórias aumente na época das queimadas (atingindo porcentagens que não podem ser atribuídas apenas à queda da temperatura) o que eleva sobremaneira os custos médico-hospitalares para o poder público. A proibição da queima da cana em um raio de 3 km, por exemplo, em torno dos perímetros urbanos poderia resolver estes problemas, ao mesmo tempo em que se valorizaria estas áreas para atividades não agrícolas como sítios de lazer, cinturão verde, parques públicos e outras aplicações.

3. Reconversão Produtiva

A reconversão produtiva de áreas de cana menos produtivas é uma necessidade e uma realidade colocada para o momento. Cabe ao Estado patrocinar um programa de reconversão através de créditos, assistência técnica e treinamento dos agricultores. Existem inúmeras opções de produção que podem ser utilizadas diretamente ou em consórcio com outras culturas. Entre estas desponta a fruticultura e as florestas.

4. Arrendamento de terras liberadas

No Estado de São Paulo esta percentagem é de 76% dos fornecedores de cana têm as suas terras arrendadas para as usinas. Não estamos propondo a desapropriação destas fazendas na BHMG, mas sim um programa de arrendamento com opção de compra para o público alvo de trabalhadores sem-terra.

Em linhas gerais, o governo federal forneceria créditos e infra-estrutura para o assentamento destes trabalhadores em áreas arrendadas. Este arrendamento seria pago por valores de mercado aos proprietários com o prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos. Ao final deste período, o assentado poderia exercer a sua opção de compra abatendo o valor das parcelas já pagas do preço final da terra. Este programa seria bem aceito pelos proprietários pois garantiria para os mesmos uma renda em um período de crise e bem aceito pelos trabalhadores pois permitiria o acesso a terra nas áreas em que as famílias vivem e trabalham. Para o governo, este programa seria, sobretudo, vantajoso pois poderia dar acesso a terra sem imobilizar grandes somas na desapropriação ou compra dos lotes. Ademais, o sistema de arrendamento serviria para selecionar

os produtores eliminando aqueles que não tivessem interesse em continuar na atividade.

5. Que as dívidas das usinas sejam revertidas em um Banco de Terras de modo a permitir o assentamento dos trabalhadores que perderão seus postos de trabalho,

V.III. Políticas Gerais para os dois Complexos na Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu

1. Processamento de Produtos da Agropecuária

Caberia ao Poder Público o estímulo e criação de centros locais de beneficiamento de produtos alimentares. Esta poderia ser uma iniciativa local, dos próprios municípios, ou de pools de municípios. Não tem sentido um município que não tenha uma bacia leiteira, constituir uma central de beneficiamento de leite, ou um município que não tenha produção de feijão, arroz, milho ou soja, criar centros de beneficiamento destes produtos. Seria razoável que os municípios de uma mesma região criassem centrais de beneficiamento de determinados produtos de forte produção local e dirigissem suas compras dos demais produtos não produzidos localmente para outras centrais dos municípios de sua região. Estas centrais poderiam ser criadas a partir de parcerias com os próprios produtores, organizados em cooperativas ou outras formas de organização que possibilitassem receber recursos públicos e créditos de órgãos de fomento que atuam com baixos juros, como programas específicos já existentes na Nossa Caixa Nosso Banco, com o BNDES, nos projetos da área social etc.

2. Todas estas ações de caráter emergencial não eliminam outras, de mais longo prazo, que visam: sanear financeiramente o setor, alterar a política tarifária que beneficia áreas de melhores terras, erradicar o trabalho infantil, conservar o meio-ambiente, alterar a matriz energética em favor do consumo de energia para o bem estar da maior parte da população (transporte coletivo, consumo residencial mais barato, menos poluição ambiental etc.), treinamento e requalificação da mão-de-obra do setor, melhoria das condições de vida e trabalho dos trabalhadores do complexo canavieiro, que embora ainda seja um grande empregador e muitas outras.

3. A criação de lotes peri-urbanos de um a dois hectares de modo a permitir o assentamento dessa mão-de-obra com pouca ou nenhuma qualificação e que isso garanta a produção para o autoconsumo e também para a comercialização nas áreas urbanas,

4. A criação de cursos de reciclagem e qualificação desses trabalhadores safristas, através de um programa de renda mínima e seguro desemprego, voltados a suprir necessidades de trabalhadores qualificados que vêm surgindo no meio rural, como cozinheiros, garçons, construção civil voltada

para a recuperação de patrimônio histórico arquitetônico, guias turísticos, reorganização de atividades do folclore e da cultura regional, agentes de saúde, professores, etc.,

5. Apoiar a diversificação das atividades agrícolas, inclusive para atividades não agrícolas como o lazer, o turismo, principalmente em municípios com potencial e próximos de centros urbanos do estado, para os produtores de cana que deixarem de ser fornecedores das usinas,

6. Criar uma linha de crédito fundiário de modo a permitir o ingresso de novos produtores e mesmo o aumento da área por agricultores minifundistas, dentro do Banco da Terra, ação direcionada para os produtores que não possuem condições de retorno à atividade produtiva, tendo em vista a idade e o desinteresse de seus familiares;

7. Política de fomento ao associativismo entre os pequenos fornecedores de cana de modo que possam, em conjunto, alcançar os 500 hectares que viabilizam a mecanização da cana crua. Essas associações deverão contar com o aporte de crédito do Finame, para a aquisição de colhedoiras, de modo a garantir sua sobrevivência enquanto fornecedores, permitindo a diversificação nas áreas que forem impróprias para a produção da cana-de-açúcar,

8. Política de fomento ao associativismo entre os pequenos, em especial a criação de condomínios de produtores, tendo como objetivos, de um lado, a contratação de trabalhadores em condições dignas, de outro, capacitar os produtores a tornarem-se fornecedores a tornarem-se fornecedores também o poder público;

9. Desenvolvimento de políticas de Segurança Alimentar regionalizada de forma a buscar uma maior participação dos agricultores no abastecimento alimentar do município, principalmente usando como instrumentos as compras para a merenda escolar, de creches, de hospitais, criação de entrepostos de comercialização direta, etc.,

10. Propor uma Lei Estadual nos Municípios de Uso e Ocupação dos Solos na Zona Rural, de modo a garantir o preceito constitucional da função social da propriedade, e evitar que solos com maior potencial agrícola sejam destinados a empreendimentos urbanos ou industriais ou mesmo loteamentos de alto padrão. Este Zoneamento deverá levar em conta a aptidão dos solos e seus papéis na conservação dos recursos hídricos cada dia mais tencionados, de modo a garantir a melhoria da disponibilidade de água, seja para o consumo humano seja para o uso industrial,

11. Incluir na ação dos Comitês de Bacia a política de recuperação de nascentes, de reposição da mata ciliar e de reserva legal, de modo a contribuir para a melhoria do armazenamento da água nos solos, como forma de atenuar o impacto das estiagens sobre a vazão dos rios e sobre o

abastecimento de água dos municípios,

12. Dinamizar e fomentar, através das Secretarias Municipais e Estadual de Agricultura e Meio Ambiente, o surgimento das Associações de Reposição Florestal de modo a garantir que as necessidades locais de madeira para os diferentes fins sejam produzidas localmente, e que esta política funcione como uma alternativa de renda para os agricultores, em especial os pequenos e médios conforme a Instrução Normativa n.º 1, de 05 de setembro de 1996, do Ministério do Meio Ambiente.

Bibliografia:

ALVES, F.J.C.; PAULILLO, L.F e SILVA, E.A. (1996). Flexibilização dos Direitos Trabalhistas Chega ao Campo: O Caso do Setor Citrícola- o ouro que virou suco. REVISTA LTR, v.60, n.02, p.220-27, fevereiro.

ALVES, F.J.C (1991). Modernização da Agricultura e Sindicalismo: Lutas dos Trabalhadores Assalariados da Região Canavieira de Ribeirão Preto. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da UNICAMP,.

ALVES, F. J. C. (1991). Modernização da Agricultura e Sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia Agrícola, 1991, 347 p. Tese (Doutorado).

ALVES, F.J.C, Paulillo, L.F. (Coordenadores) (1998) Análise das Disfunções nas Cadeias Agroalimentares de Produtos da Cesta Básica na Macroregião de Ribeirão Preto. Relatório de Pesquisa. Convênio FAI-UFSCar/FINEP-BID. DEP/UFScar. 483 p.

ALVES, F.J.C. (1995) "Novo Padrão Tecnológico na Produção-Sucroalcooleira e Os Atores Sociais: Algumas Notas sobre a Introdução do Corte de Cana Crua. Anais do XV ENEGEP e First International Congress of Industrial Engineering, Volume 2, pag 1004 a 1008, São Carlos, SP, 1995.

ALVES, F.J.C. et alli (2001). A Nova Dinâmica Tecnológica e Organizacional do Complexo Agroindustrial Citrícola, Relatório de Pesquisa ao CNPq, DEP/UFSCar, São Carlos, SP, mimeo.

ALVES, F.J.C.(1988)"Mecanização do Corte de Cana na Região de Ribeirão Preto: Algumas Reflexões", Cadernos do DEP/UFSCar, Ano III, No 12, , São Carlos, SP.

ALVES, F.J.C.(1992)."Progresso Técnico e Relações de Trabalho no Campo: o Caso da Agroindústria Açucareira em São Paulo, Revista Outras Falas, Escola Sindical 7 de Outubro, Belo Horizonte, MG, No 2,.

ALVES, F.J.C.(1994) "Progresso Técnico e Trabalho Migrante no Setor Sucro-Alcooleiro da Região de Ribeirão Preto", Travessia - Revista do Migrante, Centro de Estudos Migratórios, Vol. 7, jan/abril de 1994, pag.17 a 22, São Paulo, SP.

ALVES, F.J.C.(1995)." O Corte de cana Crua: Talvez haja Luz no Meio da Fumaça", in Teoria e Pesquisa, Janeiro/Junho de 1995, No 12/13, pag.17 a 28, Departamento de Ciências Sociais/UFSCar, São Carlos, SP.

ALVES, F.J.C., ALMEIDA, L.M (2000). Novas Formas de Contratação de Mão de Obra Rural na Nova Configuração do Complexo Agroindustrial Citrícola Paulista. Revista Informações Econômicas, Instituto de Economia Agrícola, V. 30, No. 12, dezembro 2000, pag. 7 a 20, São Paulo.

ALVES, F.J.C., ALVES, M.R.P.A. (2000). Crise e Perspectivas do Setor Sucro-alcooleiro no

Estado de São Paulo, in Certificação Sócio Ambiental no Complexo Sucro-Alcooleiro. EMBRAPA/IMAFLORA/FASE. Jaguariúna, SP.

ALVES, F.J.C., NOVAES, J.R. RICCI, R., (1994) Dinâmica do Mercado de Trabalho no Setor Sucro-alcooleiro no Brasil, Estudos de Política Agrícola No. 15, IPEA, Brasília, Brasil.

ALVES, F.J.C.; ALMEIDA, L.M. (1999). Ascensão e Queda das "Gatoperativas" de Mão-de-obra Rural no Complexo Agroindustrial Paulista. Anais do 25o. ENEGEP, novembro, COPPE/UFRJ

ALVES, F.J.C.; PAULILLO, L.F. (1999). Sindicato dos Trabalhadores Avulsos: Agricultura Paulista Sai na Frente. REVISTA LTR, ano 63, n.08, p.1048-1055, agosto.

ALVES, Francisco J.C. (1997c). O corte de Cana Crua na Região de Ribeirão Preto. Relatório Pesquisa. Mimeo. CNPq. DEP/UFScar. 189 p.

Alves, Maria Rita P. A (2001) . A Liga do Açúcar – Integração da Cadeia Produtiva do Açúcar à Rede de Suprimento da Indústria Alimentícia. Tese de Doutorado defendida no Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica da USP.

ALVES, Maria Rita P. A . (1998b). “Mudança Tecnológica no Setor Sucroalcooleiro”. In: Anais... XX Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica”. Anais em CD-Rom. 17 a 20 de novembro de 1998, São Paulo, SP, Brasil.

ALVES, Maria Rita P.A. (1997b). "Logística Agroindustrial". In: Gestão Agroindustrial. Coordenador: Mário Otávio Batalha. São Paulo. Editora Atlas. pp. 139-214.

ALVES, Maria Rita P.A. (1998b). "Difusão Tecnológica e Integração na Cadeia de Suprimento". In:

BELIK, Walter; RAMOS, Pedro & VIAN, Carlos. “Mudanças Institucionais e seus impactos nas Estratégias dos Capitais do Complexo Agroindustrial Canavieiro no Centro-Sul do Brasil”. In: Anais... SOBER, Poços de Caldas, setembro, 1998. pp:519-531.

CORTÉZ, K.V.D.(1993). “Inovações Tecnológicas e Mudanças na Organização do Trabalho: O Surgimento de um Novo Trabalhador na Região Canavieira de Ribeirão Preto”, Dissertação de Mestra do apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção na UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

COUTINHO, L. et alli (1993), “Competitividade da Economia Brasileira”, Editora Hucitec, São Paulo.

FARINA, E., ZYLBERSZTAJN, D. (orgs) (1998), “Competitividade do Agronegócio Brasileiro”, Pensa, IE/USP.

FARINA, Elizabeth, M.M.Q. & ZYLBERSZTAJN, Décio. “Deregulation, Chain Differentiation and the Role of Government”. In: Proceedings of the First Brazilian Workshop on Agri Chain Management. PENSA/FEA/USP. Ribeirão Preto/SP: 10-11 de novembro de 1997. Pp: 40-59.

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS. São Paulo, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, IEA, Vários números

KALATZIS, A.E.G (1997). Os Novos Rumos do Complexo Agroindustrial Citrícola: A exploração de novos segmentos de mercado. São Carlos: UFSCar,. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção).

LAMOUNIER, Bolivar (coord.). (1994) "Determinantes Políticos da Política Agrícola: Um Estudo de Atores, Demandas e Mecanismos de Decisão". Estudos de Política Agrícola, no. 9, 24 p., IEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Projeto PNUD/BRA/91/014.

NEVES, Márcia R. & Batalha, Mário ° Desenvolvimento e Novas Tendências do setor sucroalcooleiro”. Anais do XVII ENEGEP e Thirth Internacional Congress of Industrial Engineering, Gramado, RGS, SP, 1997.

NOVAES, J.R., ALVES, F (2002). A Memória em Nossas Mãos, vídeo documentário, VHS.,

IE/UFRJ e DEP/UFSCar, São Carlos, abril de 2002.

PAIXÃO, Marcelo J.P. (1994). No Coração do Canavial: Um Estudo Crítico da Evolução do Complexo Agroindustrial Canavieiro e das Relações de Trabalho na Lavoura Canavieira (Estudo Comparativo Entre 12 Estados do Brasil). UFRJ/COPPE, 440 p. Dissertação de Mestrado.

PAULILLO, L.F.; ALVES, FRANCISCO. J.C (1997). Crise Agrícola e Redução dos Direitos Trabalhistas. Informações Econômicas, SP, v.27, n.1, p.29-34, jan..

PAULILLO, L.F. (2000). Redes de Poder & Territórios Produtivos, Editora UFSCar/Rima.

PAULILLO, L.F.; ALVES, FRANCISCO. J.C. (orgs) (2002). Reestruturação Agroindustrial: Políticas Públicas e Segurança Alimentar Regional. Editora EDUFSCar, São Carlos, SP, 350 páginas, 2002.

SZMRECSÁNYI, Támaz (1979) O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil (1930-1975). São Paulo. Hucitec/UNICAMP.

THOMAZ, Antonio Jr. (1996). “Por trás dos Canaviais, os (Nós) da Cana (Uma Contribuição ao entendimento da Relação Capital X Trabalho e do Movimento sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista). Tese, defendida em 1996 no Departamento de Geografia / USP. 439 p.

USDA (1998). World Horticultural Trade and U.S. Export Opportunities. Foreign Agricultural Service, fev..

VEIGA FILHO, Alceu A . (1998). Mecanização da colheita da Cana-de-Açúcar no estado de São Paulo: Uma Fronteira de Mecanização Tecnológica da Lavoura”. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 1998, 127 p. Dissertação (Mestrado).

VEIGA, J.E.R; VICENTE, M.C.M; BAPTISTELLA; C.S.L (1999). Mercado de trabalho rural. Prognóstico, pg.1-6 - Instituto de Economia Agrícola de São Paulo - - iea@eu.ansp.br

VEIGA, José Eli da (1997). Is there a convergence occurring between the Evolucionists and the Regulacionistas? Workshop de Economia para a Agroindustria. Unicampo. Dez de 1997. Mimeo. 15 p.

VIEIRA, A.C (1998). O Complexo Agroindustrial Citrícola nos Anos 90: Novos Fatores na Relação Agricultura/Indústria e Desafios para o Segmento de Produção Agrícola. São Carlos: UFSCar,. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção).

VIEIRA, A.C. (2003) “Integração Vertical, Concentração E Exclusão na Citricultura Paulista”, Tese de doutoramento defendida no PPGEP/UFSCar, São Carlos, SP.

ZYLBERSZTAJN, Décio & FARINA, Elizabeth, M.M.Q. ”Agri-System Management: recent Developments and Applicability of the concept”. In: Proceedings of the First Brazilian Workshop on Agri Chain Management. PENSA/FEA/USP. Ribeirão Preto/SP: 10-11 de novembro de 1997. Pp: 19-39.